

Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

1 Contexto operacional

A Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. ("Profarma" ou "Companhia") "é uma Companhia de capital aberto, fundada em maio de 1961, com sede na Avenida Ayrton Senna, 2.150 bloco P, 3º andar, no Estado do Rio de Janeiro, e possui como objeto social o comércio atacadista e a distribuição de produtos farmacêuticos, cosméticos e similares, produtos de perfumaria e participação no capital de outras sociedades, independentemente do setor econômico.

Através de sua área de logística, a Companhia distribui seus produtos nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-oeste, alcançando cobertura de, aproximadamente, 95% do mercado nacional.

São 9 (nove) Centros de Distribuição (CD) localizados em regiões estratégicas do país, sendo 4 (quatro) totalmente automatizados e a sede corporativa no Rio de Janeiro.

A controladora e suas controladas (Grupo) atuam, principalmente, na atividade de distribuição e venda no varejo de produtos farmacêuticos e hospitalares.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo conselho de administração em 20 de março de 2018.

2 Aquisições de investimento

Aquisição da Rosário e Centro Oeste Farma

Em 25 de setembro de 2016 a Profarma adquiriu, através de sua controlada D1000 Varejo, participação de 100% de ações, com direito a voto, da Drogaria Rosário S.A. e Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. O controle foi efetivamente celebrado em 03 de novembro de 2016, após aprovação do CADE.

A seguir estão descritos os tipos de contraprestações transferidas e os valores reconhecidos como ativos decorrentes desta aquisição e o ágio apurado:

<u>Contraprestação Transferida</u>	<u>Valor Justo</u>
Aporte Secundário	89.050
Earn out	15.000
Total	104.050

A forma de pagamento dos aportes está abaixo descrita:

Aporte secundário - os pagamentos serão feitos da seguinte forma: R\$ 32.000 em dinheiro a vista, R\$ 57.050 em 16 de novembro de 2019 (valor de aquisição deduzido de ajuste de preço previsto em contrato) e *Earn out* - R\$ 15.000 em 16 de novembro de 2019 (dependente do desempenho da receita bruta da Rosário por 36 meses a partir de 1º de novembro de 2016). Os saldos a pagar somam o montante de R\$ 71.267 e estão registrados na rubrica "Outras contas a pagar".

A Companhia realizou custos relacionados à aquisição de R\$ 4.049 com honorários legais. Essas despesas sensibilizaram a Companhia de outras receitas/despesas operacionais.

Resumo da Operação

Valor total da contraprestação transferida	104.050
Valor justo dos investimentos líquido de IR diferido	(79.000)
Ágio	183.050

Ativos Identificáveis Adquiridos e

Passivos Assumidos a Valor Justo	Em 10/11/2016
Caixa e equivalentes de caixa	1.802
Contas a receber e outros créditos	135.277
Estoques	73.615
Imobilizado/Intangível	22.065
Marca - Valor Justo	22.045
Ponto Comercial - Valor Justo	39.529
Fornecedores e outras contas a pagar	(256.938)
Impostos a recolher	(22.271)
Provisão para riscos	(71.675)
Outras contas a pagar	(1.514)
Imposto de Renda Diferido	(20.935)
Acervo Líquido - 100%	(79.000)

O ágio atribuível a esta transação refere-se principalmente à inserção regional e às sinergias que se espera que sejam alcançadas desde a integração da empresa ao segmento de varejo existente.

- Mensuração do valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para medir o valor justo dos ativos foram as seguintes:

- Marcas comerciais: *Relief from royalty method* - considera os pagamentos de royalties estimados com desconto que devem ser evitados como resultado das patentes e marcas registradas de propriedade.
- Ponto Comercial: pesquisa sobre preços de mercado de imóveis de arrendamento comercial na mesma região.
- Provisão para contingências: com base no resultado estimado dos processos judiciais existentes.
- Outros ativos / passivos: com base nos critérios de reconhecimento e mensuração das IFRS, que não diferem significativamente dos respectivos valores justos.

O valor justo dos ativos e passivos descritos acima estão recalculados em base final.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.1 Normas e interpretações ainda não efetivas

- **IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes**

Define 5 passos para serem aplicados aos contratos firmados com clientes para fins de reconhecimento de receita e divulgação. Substituirá os pronunciamentos atualmente em vigor sobre o assunto (IAS 18 e IAS 11) e interpretações sobre o tema (IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18). No ano de 2017, a Companhia concluiu a avaliação dos impactos da IFRS 15. As análises concluídas não indicaram impactos materiais potenciais nas demonstrações financeiras, oriundo de efeitos posteriores ao faturamento relativos a rebate e descontos. A mensuração estimada é entre R\$ 5.000 e R\$ 10.000, líquidos de impostos diferidos, no patrimônio líquido e contas a receber como efeito da adoção inicial.

A Companhia adotará a IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018, de acordo com a padronização do CPC 47.

- **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**

Nova norma que introduz novas exigências para a classificação, mensuração, impairment, hedge accounting e desreconhecimento de ativos e passivos financeiros.

A IFRS 9 também exigirá novas divulgações extensivas, em particular sobre hedge accounting, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação preliminar da Companhia incluiu uma análise para identificar as lacunas de dados em relação aos processos atuais e a Companhia planeja implementar o sistema e controlar as mudanças que acredita que serão necessárias para capturar os dados necessários.

A IFRS 9/CPC 48 exige que a Administração da Companhia realize uma avaliação com base em doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida dos ativos financeiros do contas a receber de clientes. Na avaliação realizada e concluída durante o exercício de 2017, a Companhia entende que a provisão para perdas em créditos (provisão por redução do valor recuperável do contas a receber e outros contas a receber) não provocará impacto significativo no patrimônio líquido e contas a receber em função da adoção inicial. Este impacto pode ser entre R\$ 15.000 e 20.000, líquido de IR diferido

A Companhia adotará esses padrões a partir de 1º de janeiro de 2018.

- **A IFRS 16 – Arrendamento**

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso quer e apresenta o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e somente pelas empresas que aplicam a IFRS 15 – Receita de contratos com clientes. A empresa não pretende aplicar a adoção antecipada da IFRS 16.

A Companhia deve aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019.

A Companhia está no processo de uma avaliação inicial do impacto potencial em suas demonstrações financeiras. Até o momento, é provável que reconheça novos ativos e passivos por seus aluguéis operacionais de galpões e lojas. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, uma vez que a IFRS 16 substitui a rubrica despesa de locação operacional devido à depreciação do direito de uso e juros sobre o passivo do arrendamento. O Grupo ainda não decidiu usar as isenções opcionais.

A Companhia ainda não definiu como a transição para o novo processo será aplicada.

- **IFRIC 23 – Incertezas sobre o tratamento dos impostos e contribuições sobre o lucro líquido**

Essa interpretação aborda a determinação do lucro tributável (prejuízo fiscal), bases tributárias, prejuízos fiscais e créditos tributários não utilizados e taxas quando sobre os tratamentos fiscais de acordo com o IAS 12. Considera especificamente: (i) se os tratamentos fiscais devem ser considerados coletivamente; (ii) pressuposto de que as autoridades fiscais tem o direito de examinar qualquer montante reportado; (iii) determinação do lucro tributável (prejuízo fiscal), bases tributárias, prejuízos fiscais e créditos tributários não utilizados e taxas; e (iv) efeito das mudanças nos fatos e circunstâncias.

A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS. A empresa não pretende aplicar a adoção antecipada do IFRIC 23.

3.2 Reapresentação da nota explicativa de segmentos operacionais

A Companhia alterou sua divulgação sobre os segmentos operacionais na nota 28, para apresentar informações separadas sobre o segmento operacional "Especialidades", um investimento em joint venture, que se qualifica como segmento operacional de acordo com o CPC 22 / IFRS 8. Como o principal tomador de decisões operacionais recebe demonstrações contábeis consolidadas desse investimento em joint venture, a Companhia divulga a informação financeira do investimento em joint venture conforme relatado nas demonstrações financeiras consolidadas dos investimentos em joint venture. A diferença entre os valores reportados na divulgação do segmento aos valores reportados nas demonstrações financeiras da Companhia será incluída nos itens de reconciliação. A atualização da divulgação dos segmentos operacionais tem como objetivo proporcionar uma apresentação mais adequada de acordo com a abordagem de gerenciamento, com base na forma como organiza os segmentos dentro da entidade para tomar decisões operacionais e na avaliação do desempenho e alinhados com os Segmentos Operacionais CPC 22 / IFRS 8.

Informações sobre Segmento Operacionais divulgadas anteriormente:

Informações financeiras findo em 31 de dezembro de 2016.

Demonstração de Resultado por Segmento de Negócio:

	Distribuição Farma	Operações Intercompany	Outros	Varejo Farmacêutico	Consolidado
Receita Bruta	4.340.381	(478.723)	-	839.421	4.701.079
Receita Líquida	3.750.114	(471.684)	-	806.239	4.084.669
Lucro Bruto	371.373	-	-	253.880	625.253
Depreciação	(7.590)	-	(3.452)	(8.460)	(19.502)
Despesa Operacional (SGA)	(274.449)	-	(117)	(230.233)	(504.799)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais e Participação em Controladas em conjunto	(5.080)	-	1.705	(21.413)	(24.788)
Lucro/(Prejuízo) Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	84.253	-	(1.867)	(6.222)	76.164

Demonstrações de ativos e passivos por segmento:

Saldos em 31.12.2016			
	Distribuição Farma	Varejo Farmacêutico	Total
Clientes	632.747	45.651	678.398
Estoque	469.190	180.319	649.509
Fornecedores	680.091	205.945	886.036

Informações do segmento de negócios reapresentada:

Informações financeiras finda em 31 de dezembro de 2016:

	Distribuição Farma	Varejo Farmacêutico	Especialidades(*)	Operações Intercompany	Eliminações em controladas em conjunto	Outros	Consolidado
Receita Bruta	4.340.381	839.421	967.920	(478.723)	(967.920)	-	4.701.079
Receita Líquida	3.750.114	806.239	885.502	(471.684)	(885.502)	-	4.084.669
Lucro Bruto	371.373	253.880	101.631	-	(101.631)	-	625.253
Depreciação	(7.590)	(8.460)	(2.830)	-	2.830	(3.452)	(19.502)
Despesa Operacional (SGA)	(274.449)	(230.233)	(77.285)	-	77.285	(117)	(504.799)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais e Participação em Controladas em conjunto	(5.080)	(21.413)	(11.352)	-	11.352	1.705	(24.788)
Lucro/(Prejuízo) Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	84.254	(6.226)	10.164	-	(10.164)	(1.864)	76.164

Demonstrações de ativos e passivos por segmento:

Saldos em 31.12.2016						
	Distribuição Farma	Varejo Farmacêutico	Especialidades (*)	Operações Intercompany	Eliminações em controladas em conjunto	Total Consolidado
Clientes	632.747	45.651	157.942	(151.130)	(157.942)	527.268
Impostos a recuperar	230.094	20.561	27.025	-	(27.025)	250.655
Estoque	469.190	180.319	101.556	-	(101.556)	649.509
Fornecedores	680.091	205.947	144.163	(151.130)	(144.163)	734.908
Impostos a recolher	71.189	137.858	10.488	-	(10.488)	209.047

(*) O segmento operacional "Especialidades" apresenta informações sobre um investimento em joint venture, que se qualifica como segmento operacional. As informações são apresentadas conforme mencionado nas informações financeiras consolidadas de investimentos em joint venture, pois assim é como a administração toma as decisões operacionais por segmentos. A diferença com o valor contábil do empreendimento de joint venture contabilizado pelo método de equivalência patrimonial na demonstração contábil consolidada da Companhia é apresentada como eliminações em controladas em conjunto.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalente de caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

b. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento da transferência de riscos e benefícios acontece quando da efetiva distribuição dos medicamentos ao cliente final. A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado em função da entrega destas ao cliente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa sobre a sua realização.

c. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as IFRS e normas emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) exige que a Administração elabore estimativas baseadas em julgamentos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e suas premissas são revistas periodicamente. As revisões relacionadas a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e que possuem risco de resultar em ajuste dentro dos próximos exercícios sociais incluem provisão para devedores duvidosos, provisão para perdas de estoques, provisão para riscos (Nota 21), recuperabilidade dos créditos tributários, *impairment*, transações baseadas em ações, valor justo de instrumentos financeiros, alocação do preço de compra, descontos e devolução de vendas.

d. Instrumentos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

- **Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado**

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

- **Instrumentos mantidos até o vencimento**

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- **Instrumentos disponíveis para venda**

São investimentos em instrumentos de patrimônio e em certos ativos relativos a instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos,

são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

- ***Empréstimos e recebíveis***

Os empréstimos em moeda estrangeira são mensurados pelo valor justo em moeda nacional custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

e. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à moeda estrangeira. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

f. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (quando aplicável, para melhor refletir o valor justo da transação) e líquido de provisão para devedores duvidosos, quando aplicável.

O cálculo do valor presente é efetuado com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco da transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada na receita bruta. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada ao longo do prazo de vencimento da transação.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

g. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, deduzido pelo líquido de provisão para perda, quando aplicável, que não excede o valor de mercado (líquido realizável).

h. Ativo disponível para venda

Os ativos não circulantes classificados como disponível para venda são mensurados pelo menor montante entre o seu custo contábil e o seu valor justo, líquido das despesas com a venda, caso haja.

i. Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e controladas em conjunto são avaliados por equivalência patrimonial.

j. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), caso aplicável. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 16 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

k. Ativos arrendados

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota explicativa nº 16. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato.

l. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, sendo eles:

- Ágio apurado nas aquisições envolvendo combinações de negócios. O ágio sem vida útil definida é testado anualmente e deduzido das perdas por redução do valor recuperável acumuladas, se necessário.
- Software adquirido de terceiros com vida útil definida são amortizados pelo período de 5 anos. Estes ativos são mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização
- Pontos Comerciais adquiridos de terceiros com vida útil de acordo com prazo de contratos de alugueis.
- Outros ativos intangíveis adquiridos com vida útil definida são amortizados pelo período de 5 anos (direitos de distribuição de produtos com a amortização de acordo com o prazo contratual também é de 5 anos). Estes ativos são mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização.
- Valor de marca apurado nas aquisições envolvendo a combinação de negócios. O valor de marca sem vida útil definida é testado anualmente e deduzido das perdas por redução do valor recuperável acumuladas, se necessário.
- Valor de pontos comerciais apurado na aquisição envolvendo a combinação de negócios, o valor de pontos comerciais tem vida útil definida de acordo com prazo de contrato.

m. Redução ao valor recuperável de ativos - impairment

Ativos financeiros

Ativos financeiros (formado substancialmente pelo contas a receber) são avaliados para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Administração não consideraria em outras transações, ou indicações de que o devedor entrará em processo de falência, entre outros.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis (substancialmente o contas a receber). Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo (formado substancialmente pelo ativo imobilizado e intangível com vida útil definida) são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Os intangíveis sem vida útil definida são testados anualmente, independente da existência de indicação de *impairment*.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Os ativos corporativos da Companhia não geram fluxos de caixa independentes. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Companhia não identificou indicativos de perda desses ativos nos exercícios de 2017 e 2016.

n. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulante e não circulante são ajustados a valor presente (para melhor refletir o valor justo da transação), calculados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco da transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao passivo.

A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Especificamente em relação aos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, estes são mensurados pelo valor justo (na data do balanço), resultante da contabilidade de hedge do valor justo da aplicação.

o. Provisão

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

p. Subvenções governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistência Governamental.

q. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os impostos diferidos são reconhecidos por prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis mediante os quais possam ser utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base em planos de negócios para entidades individuais. Os impostos diferidos ativos são revisados em cada data de reporte e são reduzidos na medida em que não seja mais provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado; tais reduções são revertidas quando a probabilidade de futuros lucros tributáveis progride.

Os impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de reporte e reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis mediante os quais possam ser utilizados. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas fiscais que se espera que sejam aplicadas à diferenças temporárias quando se revertem, usando taxas de imposto realizadas ou substancialmente realizadas na data do relatório.

r. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras preparadas de acordo com BR GAAP enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

s. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

t. Informação por segmento

A Companhia opera nos segmentos de distribuição de medicamentos, hospitalar e especialidades, varejo e entende que eventuais segmentos adicionais não são relevantes, conforme nota explicativa

28.

6 Informações Financeiras Consolidadas

	Participação (%)	
	31.12.2017	31.12.2016
Controladas diretas		
Farmadacta Informática Ltda.	99,95%	99,95%
Promovendas Representações Ltda.	99,98%	99,98%
Locafarma Soluções de Transportes e Logística Ltda.	100,00%	100,00%
D1000 Varejo Farma Participações S/A	100,00%	100,00%
Controladas indiretas		
	Participação (%)	
	31.12.2017	31.12.2016
Nice RJ Participações S/A	D1000	D1000
	100,00%	100,00%
Itamaraty S/A	Nice	Nice
	100,00%	100,00%
CSB Drogarias S/A	100,00%	100,00%
Drogaria Rosário S.A.	100,00%	100,00%
Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda (COF)	100,00%	100,00%
Controladas em conjunto		
	Participação (%)	
	31.12.2017	31.12.2016
Cannes RJ Participações S/A (*)	50,00%	50,00%
Supernova Comércio Atacadista S/A	35,00%	35,00%

(*) *Holding*, com participação direta de 100% na Profarma Specialty Farmacêutica S/A e 100% na Arp Med S/A, Arp Med Serviços S/A e Integra Medical Consultoria S/A.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e consistem com aquelas utilizadas no exercício anterior.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e bancos	11.531	11.051	17.368	23.793
Aplicações financeiras	134.490	173.174	175.804	181.713
	146.021	184.225	193.172	205.506

Os equivalentes de caixa referem-se a investimentos de curto prazo altamente líquidos, com vencimentos originais de até três meses que são facilmente convertidos em um valor conhecido de caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2017, as aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários do Banco do Brasil, Santander, Itaú, HSBC, Bradesco, Safra, Citibank e Caixa Econômica Federal, remunerado a taxa entre 90% a 101% do Certificado de Depósito Interbancário-CDI (97% a 101% em 31 de dezembro de 2016).

A exposição do grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 27.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Clientes	584.200	651.245	486.524	546.380
Ajuste a valor presente	(141)	(381)	(143)	(383)
	584.059	650.864	486.381	545.997
Provisão créditos de liquidação duvidosa	(23.093)	(18.543)	(23.124)	(18.729)
	560.966	632.321	463.257	527.268

Em 31 de dezembro de 2017, o prazo médio do contas a receber (calculados dividindo o valor das contas a receber pela receita do exercício e multiplicando o resultado pelo número de dias no exercício) foi de 37 dias (38 dias em 31 de dezembro de 2016).

Segue a posição dos saldos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
A Vencer	521.706	597.520	416.280	486.531
Vencidos de 1 a 30 dias	26.178	21.705	32.869	26.601
Vencidos de 31 a 60 dias	3.230	4.006	3.846	4.130
Vencidos de 61 a 90 dias	1.303	2.060	1.341	2.107
Vencidos de 91 a 180 dias	3.299	5.307	3.674	5.492
Vencidos de 181 a 360 dias	5.622	6.925	5.652	7.797
Vencidos acima de 361 dias	22.862	13.722	22.862	13.722
	584.200	651.245	486.524	546.380

O valor da provisão de crédito para liquidação duvidosa da controladora e suas controladas leva em consideração o histórico de perdas. Adicionalmente são feitas análise dos vencimentos dos títulos, garantias envolvidas, renegociações e a atual situação financeira da contraparte. O valor da provisão é considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Cabe ressaltar que a Companhia não possui seguro de créditos.

Segue movimentação para devedores duvidosos:

Movimentação de PCLD	Controladora	Consolidado
Em 31 de Dezembro de 2015	10.415	11.045
Adições	9.789	10.970
Baixas / Reversões	(1.661)	(3.286)
Em 31 de Dezembro de 2016	18.543	18.729
Adições	9.464	10.416
Baixas / Reversões	(4.915)	(6.021)
Em 31 de Dezembro de 2017	23.093	23.124

Os valores foram ajustados a valor presente considerando a taxa média de endividamento da Companhia como taxa de desconto de 1,0229% a.m. em 31 de dezembro de 2017 (1,3271% a.m. em 31 de dezembro de 2016).

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Medicamentos	396.259	392.717	511.011	542.933
Perfumaria	96.458	78.701	124.391	108.804
Provisão para perda	(1.093)	(3.010)	(5.883)	(3.010)
Outros	820	781	820	781
	492.444	469.189	630.339	649.508

A provisão para perda é calculada com base no histórico de baixa por perda da Companhia.

Segue movimentação de provisão para perda em estoques:

Movimentação	Controladora	Consolidado
Em 31 de Dezembro de 2015	2.920	2.920
Adições	2.233	2.233
Baixas / Reversões	(2.143)	(2.143)
Em 31 de Dezembro de 2016	3.010	3.010
Adições	1.848	9.822
Baixas / Reversões	(3.765)	(6.949)
Em 31 de Dezembro de 2017	1.093	5.883

10 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Circulante				
ICMS	205.760	191.205	213.262	200.886
IR e CSLL	20.069	20.035	29.428	28.124
PIS e COFINS	17.763	18.713	24.636	20.747
Outros	270	47	3.751	191
	243.862	230.000	271.077	249.948
Não Circulante				
PIS e COFINS	4.137	4.546	4.136	4.546
IR e CSLL	-	-	707	707
	4.137	4.546	4.843	5.253

O ICMS a recuperar refere-se, substancialmente, a substituição tributária sobre o valor dos estoques da Companhia.

11 Ativos disponíveis para venda

Composto por imóveis recebidos na quitação de contas a receber de clientes no valor de R\$ 5.000 (R\$ 5.870 em 31 de dezembro de 2016) que estão disponíveis para venda. O valor justo dos bens disponíveis para venda encontra-se suportados por laudo de avaliação imobiliária.

12 Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Circulante				
Despesas antecipadas de seguros	1.652	985	2.163	1.202
Acordos comerciais (b)	51.131	40.849	65.109	44.800
Outras despesas antecipadas	5.193	3.622	11.634	6.582
	57.976	45.456	78.906	52.584
Não Circulante				
Outros ativos (a)	6.239	6.599	7.060	7.643
	6.239	6.599	7.060	7.643

(a) Composto, principalmente, por aplicações no montante de R\$ 4.014 do Banco BRB (R\$ 3.642 em 31 de dezembro de 2016) vinculadas como garantia ao financiamento de longo prazo obtido no mesmo banco. No consolidado há o valor de R\$ 524, referente a Crédito com Precatórios da CSB.

(b) Refere-se, principalmente, aos saldos de acordos comerciais junto a fornecedores.

13 Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas, relacionadas na nota explicativa nº 6, operam em conjunto. A composição acionária da controladora está demonstrada na nota explicativa nº 23.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Controladora e suas controladas e controlada em conjunto.

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços (vencíveis no curto prazo, sem incidência de juros) entre a controladora e suas controladas e controlada em conjunto estão demonstradas abaixo:

	31.12.2017							31.12.2016
	Farmadacta	Promovendas	COF	Profarma Specialty	CSB	Itamaraty	Locafarma	Total
Contas a receber	-	-	42.161	28.202	37.462	36.546	-	144.371
Fornecedores	(668)	(1.695)	(476)	-	-	-	(1.381)	(4.220)
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	341	341
Passivo não circulante	(63)	(26)	-	-	-	-	-	(89)
	31.12.2017							31.12.2016
	Farmadacta	Promovendas	COF	Profarma Specialty	CSB	Itamaraty	Locafarma	Total
Receitas líquida	-	-	(281.713)	(184.458)	(234.812)	(241.401)	-	(942.384)
Despesas	7.438	1.323	9.688	-	-	-	4.020	22.469

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação. As transações entre partes relacionadas que impactam as informações consolidadas são aquelas mantidas entre a controladora e suas controladas em conjunto.

14 Remuneração do pessoal chave da Administração

No exercício, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$ 4.726 (R\$ 3.698 em 31 de dezembro de 2016) e da Diretoria R\$ 1.219 (R\$ 1.118 em 31 de dezembro de 2016). Os encargos sociais sobre estas remunerações totalizaram R\$ 1.189 (R\$ 963 em 31 de dezembro de 2016). Além da remuneração, seguro saúde e de vida no montante de R\$ 184 (R\$ 159 em 31 de dezembro de 2016) e previdência privada no montante de R\$ 18 (R\$ 23 em 31 de dezembro de 2016).

15 Investimentos

a. Informações das controladas, controladas em conjunto e coligadas

	Capital Social		Qtde de Quotas (lote mil)		Patrimônio Líquido		Resultado do Período		Participação em %		Participação PL	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Controladas												
Farmadacta Informática Ltda.	8	8	8	8	755	2.618	(1.862)	(1.318)	99,95%	99,95%	755	2.617
Promovendas Representações Ltda.	8	8	8	8	1.621	3.350	(1.729)	(1.476)	99,98%	99,98%	1.621	3.349
Locafarma Soluções e Transporte Ltda.	50	50	50	50	1.331	1.688	(357)	(83)	100,00%	100,00%	1.331	1.688
D1000 Varejo Farma Participações S/A (**)	314.310	239.928	314.310	239.928	257.269	247.626	72.327	(35.343)	100,00%	100,00%	257.269	247.626
Controlada em Conjunto												
Cannes RJ Participações S/A (*)	173.000	160.541	173.000	160.541	121.907	128.114	(6.207)	(11.140)	50,00%	50,00%	60.954	64.089
Cannes RJ Avaliação a valor justo (****)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.734	15.734
Total Investimentos											337.664	335.103
Controlada em Conjunto												
Supernova Comércio Atacadista S/A (***)	300	300	300	300	(538)	(538)	-	-	35,00%	35,00%	(188)	(188)
Total de Provisão para Perda em Investimentos											(188)	(188)

(*) *Holding* com participação direta de 100% na Profarma Specialty Farmacêutica S/A e participação de 100% na Arpméd S/A, classificada como empreendimento controlado em conjunto.

(**) *Holding* com participação indireta de 100% na Itamaraty S/A (Rede de Drogarias Tamoio), 100% na CSB Drogarias S/A (Rede Drogasmil), 100% na Drogaria Rosário S.A. e 100% na Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda (COF).

(***) A provisão para perda em investimentos na Supernova Comércio Atacadista S/A constitui parte do saldo de outras contas a pagar apresentado no passivo não circulante da Companhia.

(****) A Profarma sendo detentora de controle em conjunto (Joint Venture) com a Amerisource (50%/50%) do grupo Cannes, avaliou a valor justo no terceiro trimestre de 2015 a parcela remanescente de seu investimento, gerando um ajuste positivo de R\$ 15.734.

b. Movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Controladora

	Farmadacta	Promovendas	Locafarma Soluções	Cannes (*)	Super Nova	d1000 (**)	Total
Saldo em 31.12.15	3.933	4.824	1.771	58.522	(188)	173.467	242.329
Equivalência patrimonial	(1.316)	(1.475)	(83)	(5.571)	-	(35.343)	(43.788)
Aumento de Investimento	-	-	-	26.872	-	109.502	136.374
Saldo em 31.12.16	2.617	3.349	1.688	79.823	(188)	247.626	334.914
Equivalência patrimonial	(1.862)	(1.728)	(357)	(3.135)	-	(72.327)	(79.409)
Aumento de Investimento	-	-	-	-	-	81.970	81.970
Saldo em 31.12.17	755	1.621	1.331	76.688	(188)	257.269	337.476

Consolidado

Cannes

Investimento

Saldo em 31.12.15	58.522
Equivalência patrimonial	(5.571)
Aumento de Investimento	26.872
Saldo em 31.12.16	79.823
Equivalência patrimonial	(3.135)
Saldo em 31.12.17	76.688

Em 19 de janeiro de 2017 foi aprovado o aumento de capital social da empresa D1000 varejo Farma Participações S.A. no valor de R\$ 80.588, com objetivo de efetuar o pagamento da terceira parcela do preço de aquisição da Itamaraty Empreendimentos S.A. e realizar investimentos na Drogaria Rosário S.A..

O ramo de atividade das controladas e controladas em conjunto são os destacados abaixo:

Entidades controladas:

Farmadacta – Prestadora de serviço de tecnologia da informação;
 Locafarma Soluções – Planejamento e controle de cargas e transportes;
 Promovendas – Promoção de vendas e pesquisa de mercado;
 CSB (Rede de Drogarias Dragasmil e Farmalife) - Comércio varejista de produtos farmacêuticos;
 Itamaraty (Rede de DrogariasTamoio) - Comércio varejista de produtos farmacêuticos;
 Drogaria Rosário - Comércio varejista de produtos farmacêuticos;
 Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamento Ltda (COF) – Distribuidora de produtos farmacêuticos.

Entidades controladas em conjunto:

Profarma Specialty – distribuição de produtos farmacêuticos / hospitalares;

Supernova (joint venture controlada em conjunto) - distribuição de produtos farmacêuticos;
 Arpméd - comércio de produtos farmacêuticos / hospitalares.

Todas as empresas da Companhia têm sede no Brasil.

c. Informações financeiras das controladas em conjunto.

Balanco Patrimonial Consolidado Cannes RJ Participações S.A.
Período Findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Ativo	31.12.2017	31.12.2016	Passivo	31.12.2017	31.12.2016
Circulante:	<u>380.942</u>	<u>320.701</u>	Circulante:	<u>311.246</u>	<u>229.226</u>
Não Circulante	<u>12.359</u>	<u>11.851</u>	Não Circulante	<u>11.777</u>	<u>29.027</u>
Imobilizado	8.614	10.077			
Intangível	<u>43.015</u>	<u>43.738</u>	Patrimônio Líquido :	<u>121.907</u>	<u>128.114</u>
Total do Ativo	<u><u>444.930</u></u>	<u><u>386.367</u></u>	Total do Passivo	<u><u>444.930</u></u>	<u><u>386.367</u></u>

Demonstração do Resultado Cannes RJ Participações S.A.
Doze meses findo em 31 de dezembro de 2017

	31.12.2017	31.12.2016
Receita Bruta	1.021.433	967.919
Receita Líquida	922.010	885.501
Lucro Bruto	91.036	101.631
Depreciação	(3.115)	(2.830)
Despesa Operacional (SGA)	(71.455)	(77.286)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(13.352)	(11.353)
Lucro Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.114	10.162
Resultado Financeiro	(14.833)	(10.163)
Lucro(Prejuízo) antes IR/CS	(11.719)	(6.607)
IR/CS Corrente	(590)	(2.843)
IR/CS Diferido	6.102	(1.690)
Lucro (Prejuízo) do Período	(6.207)	(11.140)

- Cannes RJ Participações S.A.

A Cannes é uma *holding* constituída para controlar as empresas do segmento de especialidades farmacêuticas. A seguir algumas informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 das controladas e controladas em conjunto da Cannes:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (Prejuízo)	Receita Bruta	Tipo de Controle	Participação no capital total e votante (%)
Profarma Specialty (*)	400.577	302.128	98.449	-3.209	677.863	Controlada indireta	100
Arpmed (*)	70.364	46.896	23.468	-2.650	52.093	Controlada indireta	100

(*) Operacional

16 Imobilizado

Controladora									
	31.12.2016	31.12.2017						31.12.2016	
	Taxa	Custo	Adições	Baixa	Transf.	Custo	Depreciações Acumuladas	Valor Líq.	Valor Líq.
Benfeitorias	10%	19.446	1.298	(290)	24.658	45.112	(14.662)	30.450	6.644
Móveis e utensílios	10%	14.765	3.470	(1.451)	1.248	18.032	(8.590)	9.442	6.429
Veículos	20%	5.250	17	(627)	-	4.640	(2.202)	2.438	3.326
Hardware	20%	13.656	2.591	(236)	-	16.011	(10.425)	5.586	4.890
Máquinas e equipamentos	10%	23.200	2.281	(242)	14.150	39.389	(17.507)	21.882	7.371
Imobilizado em andamento	-	29.599	26.947	(2)	(40.056)	16.488	-	16.488	29.599
		105.916	36.604	(2.848)	-	139.672	(53.386)	86.286	58.259

Consolidado									
		31.12.2016	31.12.2017					31.12.2016	
	Taxa	Custo	Adições	Baixa	Transf.	Custo	Depreciações Acumuladas	Valor Líq.	Valor Líq.
Benfeitorias	10%	67.611	7.179	(8.114)	24.658	91.334	(35.957)	55.377	34.469
Móveis e utensílios	10%	34.776	5.166	(3.948)	1.248	37.242	(13.937)	23.305	21.940
Veículos	20%	6.462	17	(1.213)	-	5.266	(2.362)	2.904	3.937
Hardware	20%	26.332	5.057	(1.327)	-	30.062	(19.202)	10.860	9.720
Máquinas e equipamentos	10%	29.977	3.517	(654)	14.150	46.990	(19.909)	27.081	12.403
Imobilizado em andamento	-	29.599	26.947	(2)	(40.056)	16.488	-	16.488	29.599
		194.757	47.883	(15.258)	-	227.382	(91.367)	136.015	112.068

Controladora									
		31.12.15	31.12.16					31.12.15	
	Taxa	Custo	Adições	Baixa	Transf.	Custo	Depreciações Acumuladas	Valor Líq.	Valor Líq.
Benfeitorias	10%	16.265	2	(4)	3.183	19.446	(12.802)	6.644	4.825
Móveis e utensílios	10%	13.719	1.927	(881)	-	14.765	(8.336)	6.429	5.717
Veículos	20%	1.552	3.568	-	130	5.250	(1.924)	3.326	4
Hardware	20%	18.619	2.944	(7.902)	(5)	13.656	(8.766)	4.890	3.508
Máquinas e equipamentos	10%	28.125	570	(5.510)	15	23.200	(15.829)	7.371	8.601
Imobilizado em andamento	-	17.404	16.112	(594)	(3.323)	29.599	-	29.599	17.404
		95.684	25.123	(14.891)	-	105.916	(47.657)	58.259	40.059

Consolidado										
	31.12.15		31.12.16						31.12.15	
	Taxa	Custo	Adições	Adições por aquisição	Baixa	Transf.	Custo	Depreciações Acumuladas	Valor Liq.	Valor Liq.
Benfeitorias	10%	55.220	3.392	6.489	(639)	3.149	67.611	(33.142)	34.469	25.154
Móveis e utensílios	10%	24.488	3.024	8.131	(881)	14	34.776	(12.836)	21.940	12.939
Veículos	20%	2.578	3.964	-	(210)	130	6.462	(2.525)	3.937	315
Hardware	20%	29.059	4.006	1.168	(7.903)	2	26.332	(16.612)	9.720	7.062
Máquinas e equipamentos	10%	32.725	922	1.819	(5.517)	28	29.977	(17.574)	12.403	11.968
Imobilizado em andamento	-	17.404	16.112	-	(594)	(3.323)	29.599	-	29.599	17.405
		161.474	31.420	17.607	(15.744)	0	194.757	(82.689)	112.068	74.843

Depreciação sobre imobilizado

Controladora					
		31.12.2016	31.12.2017		
		Depreciações			
	Taxa	Saldo Inicial	Adições	Baixa	Saldo Final
Benfeitorias	10%	(12.802)	(2.118)	258	(14.662)
Móveis e utensílios	10%	(8.336)	(1.535)	1.281	(8.590)
Veículos	20%	(1.923)	(716)	437	(2.202)
Hardware	20%	(8.766)	(1.888)	229	(10.425)
Máquinas e equipamentos	10%	(15.829)	(1.892)	214	(17.507)
		(47.657)	(8.149)	2.419	(53.386)

		Consolidado			
		31.12.2016	31.12.2017		
		Depreciações			
	Taxa	Saldo Inicial	Adições	Baixa	Saldo Final
Benfeitorias	10%	(33.142)	(7.117)	4.302	(35.957)
Móveis e utensílios	10%	(12.836)	(3.717)	2.616	(13.937)
Veículos	20%	(2.525)	(810)	973	(2.362)
Hardware	20%	(16.612)	(3.742)	1.152	(19.202)
Máquinas e equipamentos	10%	(17.573)	(2.719)	383	(19.909)
		(82.689)	(18.105)	9.426	(91.367)

Controladora					
		31.12.2015	31.12.2016		
			Depreciações		
	Taxa	Saldo Inicial	Adições	Baixa	Saldo Final
Benfeitorias	10%	(11.441)	(1.365)	4	(12.802)
Móveis e utensílios	10%	(8.002)	(1.217)	883	(8.336)
Veículos	20%	(1.548)	(375)	-	(1.923)
Hardware	20%	(15.111)	(1.532)	7.877	(8.766)
Máquinas e equipamentos	10%	(19.523)	(1.803)	5.497	(15.829)
		(55.626)	(6.292)	14.261	(47.657)

Consolidado					
		31.12.2015	31.12.2016		
			Depreciações		
	Taxa	Saldo Inicial	Adições	Baixa	Saldo Final
Benfeitorias	10%	(30.163)	(3.206)	227	(33.142)
Móveis e utensílios	10%	(11.617)	(2.102)	883	(12.836)
Veículos	20%	(2.244)	(447)	166	(2.525)
Hardware	20%	(21.998)	(2.492)	7.878	(16.612)
Máquinas e equipamentos	10%	(20.811)	(2.265)	5.503	(17.573)
		(86.834)	(10.512)	14.657	(82.689)

17 Intangível

Controladora									
	31.12.2016					31.12.2017			31.12.2016
	Taxa	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
Marcas e Patentes		14	-	-	-	14	-	14	14
Software	20%	14.116	363	-	48	14.527	(13.334)	1.193	1.547
Ágio (a)		3.985	-	-	-	3.985	-	3.985	3.985
Outros		1.108	-	-	-	1.108	(39)	1.069	1.096
Direito de Distribuição	20%	2.247	-	-	-	2.247	(2.247)	0	-
Software em Desenvolvimento		34	48	-	(48)	34	-	34	34
		21.504	411	-	-	21.915	(15.620)	6.295	6.676

Consolidado									
	31.12.2016					31.12.2017			31.12.2016
	Taxa	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
Marcas e Patentes		116.896	-	-	-	116.896	-	116.896	116.896
Software	20%	20.344	524	(73)	48	20.843	(17.625)	3.217	4.611
Outros		1.104	-	-	-	1.104	(39)	1.065	1.092
Ponto Comercial	10%	126.740	1.691	(18.011)	-	110.420	(24.038)	86.383	113.209
Ágio (b / c / d)		489.228	1.514	(16.453)	-	474.289	-	474.289	489.228
Direito de Distribuição	20%	2.247	-	-	-	2.247	(2.247)	0	1
Software em desenvolvimento		34	48	-	(48)	34	-	34	34
		756.593	3.776	(34.537)	-	725.832	(43.949)	681.883	725.072

Controladora								
31.12.15			31.12.16				31.12.15	
Taxa	Custo	Adições	Baixas	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido	
Marcas e Patentes	14	-	-	14	-	14	14	
Software	20%	14.024	97	(5)	14.116	(12.569)	1.547	2.410
Ágio (a)		3.985	-	-	3.985	-	3.985	3.985
Outros		969	139	-	1.108	(12)	1.096	969
Direito de Distribuição	20%	2.247	-	-	2.247	(2.247)	-	327
Software em Desenvolvimento		20	14	-	34	-	34	20
		21.259	250	(5)	21.504	(14.828)	6.676	7.724

Consolidado								
31.12.15			31.12.16				31.12.15	
Taxa	Custo	Adições	Adições por aquisição	Baixas	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
Marcas e Patentes	94.851	-	22.045	-	116.896	-	116.896	94.851
Software	20%	18.620	259	1.470	(5)	20.344	(15.733)	4.611
Outros		969	135	-	-	1.104	(12)	1.092
Ponto Comercial		75.792	1.125	56.103	(6.280)	126.740	(13.531)	113.209
Ágio (b / c / d)		259.737	31.503	197.989	-	489.228	-	489.228
Direito de Distribuição	20%	2.247	-	-	-	2.247	(2.246)	1
Software em desenvolvimento		20	14	-	-	34	-	34
		452.235	33.037	277.607	(6.285)	756.593	(31.522)	725.072
								428.329

Amortização sobre intangível

Controladora					
31.12.2016		31.12.2017			
		Amortizações			
Taxa	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Saldo Final	
Software	20%	(12.569)	(765)	-	(13.334)
Outros	20%	(12)	(27)	-	(39)
Direito de Distribuição	20%	(2.247)	-	-	(2.247)
		(14.828)	(792)	-	(15.620)

		Consolidado			
		31.12.2016	31.12.2017		
			Amortizações		
	Taxa	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Saldo Final
Software	20%	(15.733)	(1.937)	45	(17.625)
Outros		(12)	(27)	-	(39)
Direito de Distribuição	20%	(2.246)	(1)	-	(2.247)
Ponto Comercial	10%	(13.531)	(8.095)	(2.412)	(24.038)
		(31.522)	(10.060)	(2.367)	(43.949)

Controladora					
		31.12.2015	31.12.2016		
			Amortizações		
	Taxa	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Saldo Final
Software	20%	(11.613)	(961)	5	(12.569)
Goodwill-Fundo de comércio	20%	-	(12)	-	(12)
Direito de Distribuição	20%	(1.921)	(326)	-	(2.247)
		(13.534)	(1.299)	-	(14.828)

		Consolidado			
		31.12.2015	31.12.2016		
			Amortizações		
	Taxa	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Saldo Final
Software	20%	(14.144)	(1.593)	5	(15.733)
Direito de Distribuição	20%	(1.921)	(325)	-	(2.246)
Ponto Comercial		(8.054)	(5.625)	136	(13.543)
		(24.119)	(7.544)	141	(31.522)

a. Ágio na aquisição dos ativos da Dimper

Para o saldo de R\$ 3.985, referente à aquisição dos ativos da Dimper ocorrida em 2009, foi efetuado o teste de recuperabilidade do ágio em 31/12/2017, considerando o fluxo de caixa descontado de 10 anos a taxa de 12 % a.a, com base no orçamento anual para o exercício de 2017 e o planejamento de longo prazo até 2025, com crescimento projetado de 5,5% em regime de perpetuidade.

b. Ágio na aquisição da rede de drogarias d1000 varejo RJ

O saldo de R\$ 287.254, refere-se à aquisição de 100% das Redes de Drogarias Tamoio, em 23 de dezembro de 2015 e CSB Drogarias S.A. em setembro de 2013. Foi efetuado o teste de recuperabilidade do ágio em 31/12/2017, considerando o fluxo de caixa descontado a taxa de 12 % a.a, e crescimento projetado de 5,5% em regime de perpetuidade. Esta análise sustenta a recuperação do ágio nessa mesma data.

c. Ágio na aquisição da rede de drogaria Rosário e Centro Oeste Farma

O saldo de R\$ 183.050, refere-se à aquisição de 100% da Rede de Drogaria Rosário e Centro Oeste Farma (COF), efetivada em novembro de 2016, conforme descrito na nota 2. Foi efetuado o teste de recuperabilidade do ágio em 31 de dezembro de 2017, considerando o fluxo de caixa descontado a taxa de 12% a.a, e crescimento projetado de 5,5% em regime de perpetuidade. Esta análise sustenta a recuperação do ágio nessa mesma data.

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Fornecedores-Mercadorias para Revenda	685.594	678.500	686.928	725.810
Fornecedores-Mercadorias não Revenda	9.186	10.424	12.055	10.612
Ajuste a Valor Presente	(1.182)	(1.515)	(1.182)	(1.514)
	693.598	687.409	697.801	734.908

A Companhia possui uma política de gerenciamento de risco financeiro para assegurar que contas a pagar sejam liquidadas dentro do prazo.

Em 31 de dezembro de 2017, o prazo médio de pagamento a fornecedores (valor das dívidas comerciais dividido pelo custo de vendas do exercício e multiplicando o resultado pelo número de dias no período) foi de 72 dias, 67 dias em 31 de dezembro de 2016.

A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa nº 27.

Segue a posição dos saldos a pagar por vencimento dos fornecedores revenda e não revenda:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
De 01 a 60 dias	535.613	560.553	539.750	572.933
De 61 a 90 dias	98.582	91.532	98.646	93.586
De 91 a 360 dias	60.585	36.839	60.586	38.460
Títulos com prazo em negociação (*)	-	-	-	31.443
	694.780	688.924	698.983	736.422

(*) Os títulos vencidos da rede de drogaria Rosário e Centro Oeste Farma (COF) foram renegociados junto aos fornecedores e liquidados no ano de 2017.

19 **Empréstimos e Financiamentos**

Instituições	Indexador	Juros	Controladora		Consolidado	
			31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Banco Santander	CDI	137,9 % a.a.	-	-	214	367
Banco Safra	CDI	136,61% do CDI	26.755	49.704	41.806	49.704
HSBC	CDI	100% do CDI + 1% a.a.	-	-	-	13.798
Banco Pine	CDI	121,20% do CDI	-	-	17.039	-
Banco Guanabara	CDI	135,00% do CDI	-	-	9.734	-
Banco Banrisul	CDI	125,0% do CDI	-	-	3.074	6.475
Banco do Brasil	CDI	131,2% do CDI	268.388	181.283	288.611	181.283
Banco Bradesco	CDI	100% do CDI + 0,1205% a.m.	-	-	6.795	-
Banco Itaú		1,55% a.m.	-	-	8.163	-
Banco ABC (*)		4,49% a.a. (US\$)	-	-	10.684	-
Banco BBM (*)		6,24 % a.a. (US\$)	3.429	15.639	3.429	15.639
Banco BRB		2,43 % a.a.	4.348	1.876	4.348	1.876
Banco Safra (*)		6,3148% a.a. (US\$)	16.819	17.067	87.635	47.788
Banco Itaú (*)		4,3965% a.a. (US\$)	25.770	53.116	130.445	104.703
Banco Santander (*)		5,8855% a.a. (US\$)	48.310	80.417	65.844	109.617
HSBC (*)		5,4697 % a.a (US\$)	76.356	74.087	79.384	77.458
			470.175	473.189	757.205	608.707
Circulante			448.237	171.535	715.867	246.314
Não circulante			21.938	301.654	41.338	362.393

(*) *Fair Value Option*

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento de aquisição de investimentos e de bens, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Para empréstimos em moeda estrangeira, a empresa aplica *hedge accounting* (tipo de valor justo). Consequentemente, todos os empréstimos em moeda estrangeira e instrumentos de *hedge* relacionados - as operações de swap, classificados como Derivativos, são contabilizados pelo valor justo, a fim de gerenciar melhor a volatilidade nos lucros e prejuízos.

Das operações dos empréstimos e financiamentos consolidados acima descritas, 45% são garantidos por recebíveis, totalizando R\$ 339.786, e investimentos de curto prazo, o último no caso de financiamento do Banco de Brasília - BRB (R\$ 4.014). As outras transações não possuem colaterais ou garantias.

Os contratos de financiamento celebrados com o Banco do Brasil, Santander e Itaú contêm termos e condições - covenants - relacionados ao nível de liquidez da Companhia.

Os índices exigidos por covenants relacionados ao nível de liquidez da Companhia, que podem levar ao vencimento acelerado dos empréstimos, se não forem atendidos, estão descritos abaixo:

<u>Divida Líquida / Ebitda</u>	
Banco do Brasil (150 milhões / 60 milhões / 35 milhões)	= < 4
Santander	= < 3
Itaú (47 milhões)	= < 4

Em caso do não atendimento às condições, as instituições financeiras têm a opção de solicitar a liquidação antecipada de tais empréstimos.

De acordo com os contratos de empréstimos, as operações de R\$ 150 e R\$ 35 milhões com Banco do Brasil devem ser apuradas ao final de cada semestre a partir de dezembro de 2016, a operação de R\$ 47 milhões com banco Itaú tem medição ao final de cada exercício social e as operações com o Santander tem medição trimestral. Em 31 de dezembro de 2017, não foi requerida medição dos indicadores previstos nos contratos de empréstimos, conforme autorizado pelas instituições financeiras, a exceção das operações com o Banco do Brasil.

Do saldo na rubrica “Empréstimos e Financiamentos” apresentado no passivo de curto prazo controladora e Consolidado (Passivo Circulante) R\$220.492 se refere a dívida da Companhia com o Banco do Brasil S.A., anteriormente alocado como passivo de longo prazo (Passivo não Circulante). Esse saldo de financiamento foi reclassificado para o curto prazo, para atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1), embora a Companhia tenha, em período posterior a 31 de dezembro de 2017, obtido manifestação favorável do Banco do Brasil, da mesma forma que realizado nas solicitações de *waiver* aprovadas anteriormente, em não exigir antecipadamente os valores das dívidas contratadas, conforme detalhado na Nota Explicativa no. 33 – Eventos Subsequentes.

A Companhia está apresentando os saldos dos empréstimos em moeda estrangeira a valor justo, pela adoção da metodologia *Hedge Accounting* e *Fair Value option*, com objetivo de apresentar os saldos na mesma base dos instrumentos contratados como *Hedge*.

As parcelas dos financiamentos vencíveis a longo prazo têm o seguinte cronograma de desembolso:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<u>Ano</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2017</u>
2019	17.589	36.990
2034	2.808	2.808
2036	1.540	1.540
	<u>21.938</u>	<u>41.338</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Circulante				
ICMS	34.618	32.336	36.686	41.470
IR e CSLL	-	-	4.060	5.301
PIS e COFINS	-	-	3.232	2.991
Parcelamento - ICMS	793	107	5.059	107
Parcelamento - REFIS	1.476	4.336	1.850	5.741
Parcelamento - PERT (*)	5.754	-	6.079	-
Outros	1.518	3.458	2.733	8.715
	44.159	40.237	59.699	64.325
Não Circulante				
Parcelamento - ICMS	66	799	12.767	13.840
Parcelamento - REFIS	9.099	29.833	28.614	61.846
Parcelamento - PERT (*)	3.356	-	3.356	-
	12.521	30.632	44.737	75.686

(*) Em setembro de 2017 a Companhia e suas controladas aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) regulamentado pela Medida Provisória no. 783, de 31 de maio de 2017 e prorrogada pela Medida Provisória no 798, de 30 de agosto de 2017. Os débitos tributários base para adesão ao programa (PERT) são oriundos de programas de parcelamentos federais anteriores (REFIS) e contingências tributárias classificadas como de perdas possíveis e prováveis, sendo as de maior relevância divulgadas em notas explicativas. O valor global envolvido é de, aproximadamente, R\$ 65,4 milhões, sendo que, aproximadamente, R\$ 13,9 milhões serão pagos, R\$ 51,1 milhões com utilização de prejuízos fiscais e o restante em 145 (cento e quarenta e cinco) parcelas mensais a partir de janeiro de 2018, nos termos da Medida Provisória.

O impacto na Demonstração de Resultados da Companhia será uma receita de, aproximadamente, R\$ 1,8 milhões, apresentado na linha de outras despesas operacionais.

21 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Tributárias	245	335	57.257	64.625
Cíveis	451	425	7.128	9.734
Trabalhistas	7.970	7.727	40.865	44.546
	8.666	8.487	105.250	118.905

Segue Movimentação da Provisão:

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Em 31 de Dezembro de 2015	101	375	8.946	9.422
Adições	468	398	9.127	9.993
Utilizações e Baixas	(234)	(348)	(10.346)	(10.928)
Em 31 de Dezembro de 2016	335	425	7.727	8.487
Adições	362	716	12.039	13.117
Utilizações e Baixas	(452)	(690)	(11.796)	(12.938)
Em 31 de Dezembro de 2017	245	451	7.970	8.666

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Em 31 de Dezembro de 2015	23.400	531	15.584	39.514
Adições	12.055	7.850	11.831	31.735
Adições por Aquisição	33.163	2.799	29.751	65.713
Utilizações e Baixas	(3.993)	(1.446)	(12.619)	(18.057)
Em 31 de Dezembro de 2016	64.625	9.734	44.546	118.905
Adições	8.664	3.260	25.718	37.642
Utilizações e Baixas	(16.032)	(5.866)	(29.399)	(51.297)
Em 31 de Dezembro de 2017	57.257	7.128	40.865	105.250

As principais causas trabalhistas provisionadas na controladora e consolidado estão pulverizadas e têm origem em solicitações de horas extras, questões de FGTS e vínculo empregatício.

As principais causas tributárias provisionadas na posição consolidada, são pela aquisição da rede Rosário e têm origem em diferenças de recolhimento de ICMS, Imposto de Renda e Contribuição Social das controladas, originadas em exercícios anteriores a aquisição.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, no montante aproximado de R\$ 243.592, no consolidado, (R\$ 170.493 em 31 de dezembro de 2016) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não requerem sua contabilização. As

contingências possíveis são pulverizadas, as principais causas referem-se a:

- Autuação a Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A., em 2010, pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal referente a suposto recolhimento a menor decorrente da apuração de diferença na base de cálculo de ICMS substituição tributária, no montante de R\$ 59.111 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 56.206 em 31 de dezembro de 2016).
- Autuação a Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A., pela Receita Federal, no montante de R\$ 5.920 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 5.801 em 31 de dezembro de 2016) relativo a aquisição de crédito de IPI para compensação de débitos de IRPJ e CSLL ano de 2002.
- Autuação a Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A., em 2014, pela Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo referente a suposta ausência de recolhimento de ICMS em operações de transferências interestaduais, no montante de R\$ 4.856 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 4.549 em 31 de dezembro de 2016).
- Autuação a Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A., em 2014, pela Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo referente a suposto recolhimento a menor decorrente da apuração de diferença na base de cálculo de ICMS substituição tributária em operações de transferência, no montante de R\$ 9.499 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 6.674 em 31 de dezembro de 2016).
- Autuação a Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A., em 2017, pela Receita Federal, no montante de R\$ 65.813 em 31 de dezembro de 2017 relativo a Cobrança de PIS e de COFINS, da competência de 2013.

22 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação da taxa efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social, debitada em resultado, é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(131.209)	(54.394)	(153.614)	(52.418)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	44.611	18.494	52.229	17.822
Exclusões:				
Equivalência patrimonial	(26.999)	(14.888)	(1.065)	(1.894)
Subvenções governamentais	781	2.182	781	2.182
Efeito empresas controladas - Lucro Presumido	-	-	(1.887)	(1.593)
Efeito IR do Prejuízo fiscal das controladas não reconhecido	-	-	(9.062)	(8.475)
Outras adições/exclusões permanentes	96	(357)	(102)	(4.588)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	18.489	5.431	40.894	3.455
Alíquota efetiva	14%	10%	27%	7%

As empresas Farmadacta Informática Ltda., Locafarma Soluções de Transportes, Logística Ltda (controladas diretas) e Promovendas e Reapresentações Ltda, optaram pelo regime de tributação de lucro presumido.

A Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A.(controladora), D1000 Varejo Farma Participações S.A., Itamaraty, CSB drogarias, Drogaria Rosário S.A. e Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda (COF) optaram pelo regime de tributação de lucro real mensal.

b. Composição dos ativos fiscais diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis:

- (i) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência. (ii) aos prejuízos fiscais incorridos, considerados recuperáveis pela administração da Companhia.

Controladora

Controladora						
	31.12.2017			31.12.2016		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Impostos diferidos						
Provisões para contingências	2.166	780	2.946	2.120	766	2.886
IR/CS Diferido s/ Prejuízo Fiscal	18.518	6.667	25.185	15.209	5.475	20.684
Outros	(3.448)	(1.241)	(4.690)	(687)	(250)	(937)
Não Circulante	17.236	6.206	23.441	16.642	5.991	22.633
Ativo	17.236	6.206	23.441	16.642	5.991	22.633

Consolidado

Consolidado						
	31.12.2017			31.12.2016		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Impostos diferidos						
Provisões para contingências	21.255	7.652	28.907	25.615	9.221	34.836
IR/CS Diferido s/ Prejuízo Fiscal	42.269	15.217	57.486	17.689	6.368	24.057
Mais Valia dos Ativos Líquidos de Companhias Adquiridas	(38.107)	(13.718)	(51.825)	(44.141)	(15.891)	(60.032)
Outros	(7.686)	(2.767)	(10.453)	(5.925)	(2.132)	(8.057)
Não Circulante	17.731	6.383	24.115	(6.762)	(2.434)	(9.196)
Detalhamento do não circulante						
Ativo	32.081	11.549	43.630	44.000	15.840	59.840
Passivo	(14.350)	(5.165)	(19.515)	(50.762)	(18.274)	(69.036)
Ativos/Passivos Diferidos	17.732	6.383	24.115	(6.762)	(2.434)	(9.196)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis a diferenças temporárias entre a base tributável de ativos e passivos e seus valores contábeis e prejuízos fiscais.

No exercício a Controladora aumentou a provisão de impostos diferidos ativos em R\$ 808, apresentando saldo de R\$ 23.441 (R\$ 22.633 em 31 de dezembro de 2016). O aumento no saldo teve como contrapartida a: 1) conta de impostos a recolher no montante de R\$ 17.681 (redução), efeito da adesão ao programa especial de regularização tributária (PERT) e 2) conta de resultado no montante de R\$ 18.489 (aumento). A movimentação do saldo em contrapartida a resultado foi decorrente do imposto diferido sobre movimentações para contingências de R\$ 61, prejuízo fiscal de R\$ 22.181 e diferenças temporárias de R\$ 3.753.

No Consolidado houve aumento de provisão para impostos diferidos ativos no montante de R\$ 33.311, em função do aumento dos prejuízos fiscais de R\$ 51.110 e utilização de prejuízos fiscais para pagamento de débitos inclusos no PERT no montante de R\$ 17.681, redução das provisões para contingências de R\$ 5.930 e diferenças temporárias de R\$ 5.812.

A Companhia avalia que não há riscos de recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, tendo em vista o estudo de recuperabilidade baseado em projeção de resultados futuros.

Abaixo demonstramos a expectativa de realização de IR diferido:

<u>Períodos</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2018	3.566	8.614
2019	4.633	7.831
2020	5.448	11.682
2021	14.260	25.335
2022	(4.466)	9.896
2023	-	(39.242)
Total	23.441	24.115

23 Patrimônio líquido (controladora)

a. Capital social

O capital social integralizado é de R\$ 826.549 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 726.852 em 31 de dezembro de 2016), dividido em 76.310.422 ações ordinárias (64.837.810 em 31 de dezembro de 2016), nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de março de 2017 foi homologado aumento de capital social no montante de R\$ 99.697 em razão da subscrição e total integralização de 11.472.612 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. As referidas ações foram creditadas em bolsa no dia 07 de abril de 2017.

Segue a posição acionária referente ao capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017:

Posição em 31.12.2017

Profarma	Posição Acionária Consolidada	
Acionista	Ações Ordinárias Quantidade	Ações Ordinárias %
Signatários do acordo de acionistas	53.531.889	70,15%
BMK Participações S.A.	34.830.869	45,74%
BPL Brazil Holding Company	18.701.020	24,41%
Conselho de Administração	3	0,01%
Diretoria	279.923	0,37%
Ações em Tesouraria	1.202.200	1,58%
Ações em Circulação	21.296.407	27,91%
Total	76.310.422	100,00%

Posição em 31.12.2016

Profarma	Posição Acionária Consolidada	
Acionista	Ações Ordinárias Quantidade	Ações Ordinárias %
Signatários do acordo de acionistas	45.245.430	69,78%
BMK Participações S.A.	29.496.841	45,59%
BPL Brazil Holding Company	15.748.589	24,19%
Conselho de Administração	3	0,00%
Diretoria	240.119	0,38%
Ações em Tesouraria	1.202.200	1,85%
Ações em Circulação	18.150.058	27,99%
Total	64.837.810	100,00%

b. Reservas de lucros

- Reserva legal**

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016, não foi constituída reserva legal pelo fato da Companhia ter apresentado prejuízo.

- Reserva Estatutária**

É destinada à expansão das atividades da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, em montante não inferior a 5% do lucro líquido do exercício após deduções legais e estatutárias, conforme Estatuto Social da Companhia, não podendo exceder a 80% do capital social subscrito.

- Reserva de Incentivos Fiscais**

Em função do prejuízo acumulado, a Companhia não constituiu R\$ 6.417 a título de reserva de incentivos fiscais, referente a créditos presumidos de ICMS de entrada de produtos, bem como de operações interestaduais concedidos nos termos do Decreto nº 36.450, de 29 de outubro de 2004, previsto no Termo de Acordo de Regime Fiscal firmado com a Secretaria de

Fazenda. A reserva será constituída quando a companhia apresentar lucro para destinação. Todos os saldos constituídos nesta reserva são da mesma natureza descrita no parágrafo anterior.

c. Dividendos

O Estatuto social determina um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei 6.404/76, não foi constituído provisão para pagamento de dividendo mínimo obrigatório em função do prejuízo acumulado.

24 Resultado por Ação

Resultado básico

O cálculo básico do resultado por ação em 31 de dezembro de 2017, foi feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade da média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme quadro abaixo:

	Controladora/Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Resultado do Período Atribuível aos a	(112.720)	(48.963)
Quantidade de ações (em milhares - média ponderada)	72.240	59.533
Resultado por ação básico (R\$)	(1,560)	(0,822)

A Companhia não possui ações preferenciais.

Resultado diluído

O resultado diluído por ação foi calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade da média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, mais a quantidade da média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias, conforme segue abaixo:

	Controladora/Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Média ponderada de ações	72.240	59.533
Resultado por ação diluído (R\$)	(1,560)	(0,822)

Em 30 de junho de 2017, 40.200 opções adquiridas, mas não exercidas, foram excluídas do cálculo da quantidade média ponderada diluída de ações porque seu efeito teria sido anti-dilutivo.

25 Receita operacional

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Receita operacional bruta				
Venda de produtos	4.301.312	4.339.934	4.782.227	4.701.079
Impostos e outras deduções	(594.842)	(589.571)	(681.516)	(616.410)
Receita operacional líquida	3.706.470	3.750.363	4.100.711	4.084.669

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Despesas financeiras				
Juros	(68.376)	(69.188)	(123.590)	(107.017)
Juros s/ parcelamentos de impostos	(8.185)	(8.787)	(9.689)	(9.689)
Despesa financeira - AVP	(20.419)	(29.145)	(20.419)	(29.145)
Resultado de SWAP Ajuste Mercado	2.428	(2.722)	4.444	(5.359)
Outros	(10.547)	(7.044)	(14.077)	(6.822)
	<u>(105.099)</u>	<u>(116.886)</u>	<u>(163.331)</u>	<u>(158.032)</u>
Receitas financeiras				
Juros	10.735	12.019	12.364	13.311
Atualizações monetárias ativas	207	636	181	628
Receita financeira - AVP	8.416	15.140	8.416	15.140
Outros	21	370	21	371
	<u>19.379</u>	<u>28.165</u>	<u>20.982</u>	<u>29.450</u>
Resultado financeiro	(85.720)	(88.721)	(142.349)	(128.582)

27 Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado, estimativas e metodologias apropriadas. Os montantes estimados a partir desta metodologia, não necessariamente podem ser realizados no mercado.

A administração e acompanhamento destes instrumentos são realizados através de monitoramento sistemático, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

27.1 Gestão de Capital

A Companhia mantém uma sólida base de capital para obter a confiança do investidor, credor e mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. O retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas e os dividendos para o acionista também são monitorados.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

27.2 Valor justo versus valor contábil

A Administração entende que ativos e passivos financeiros não demonstrados nesta nota estão com o valor contábil com uma apresentação razoável do valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Controladora					
31.12.2017		31.12.2016		Nível	
Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Caixa e Equivalente de Caixa	146.021	146.021	184.225	184.225	
Contas a Receber	560.966	560.966	632.321	632.321	2
Derivativos Ativos - Swap	1.456	1.456	-	-	2
Partes Relacionadas	144.371	144.371	165.376	165.376	2
Contas a receber	144.371	144.371	165.376	165.376	2
Passivos mensurados pelo valor justo					
Empréstimos e Financiamentos	170.684	170.684	240.326	240.326	2
Derivativos Passivos - Swap	-	-	(5.072)	(5.072)	2
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Empréstimos e Financiamentos	299.491	313.939	232.863	241.670	2
Fornecedores	693.598	693.598	687.409	687.409	2
Partes Relacionadas	4.309	4.309	7.489	7.489	2
Outras contas a pagar	847	847	2.773	2.773	2

Consolidado

	31.12.2017		31.12.2016		Nível
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Caixa e Equivalente de Caixa	193.172	193.172	205.506	205.506	
Contas a Receber	463.257	463.257	527.268	527.268	2
Passivos mensurados pelo valor justo					
Empréstimos e Financiamentos	377.420	377.420	354.763	354.763	2
Derivativos Passivos - Swap	-	-	(11.985)	(11.985)	2
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Empréstimos e Financiamentos	379.785	394.459	253.944	262.262	2
Fornecedores	697.801	697.801	734.908	734.908	2
Outras contas a pagar	184.599	184.599	227.478	227.478	2

As tabelas acima apresentam ainda a hierarquia do valor justo de acordo com o método de avaliação utilizado pela companhia. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

27.3 Valorização dos instrumentos financeiros – Valor Justo

a. Aplicações financeiras

As taxas de juros que remuneram caixa e equivalentes de caixa da Companhia (principalmente aplicações financeiras), no encerramento do exercício, se aproximam das taxas de mercado para operações de natureza, prazo e risco semelhantes, de forma que, os saldos contábeis de caixa e equivalentes de caixa são similares aos de mercado.

b. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos através do custo amortizado (moeda nacional) e pelo valor justo de mercado (moeda estrangeira). As variações entre as taxas de juros de empréstimos contratados e as taxas de mercado para instrumentos de natureza, prazo e riscos semelhantes fazem com que o valor contábil dos empréstimos seja diferente do seu valor de mercado.

O valor justo é calculado utilizando metodologias de fluxo de caixa descontado.

c. Instrumentos Financeiros – swaps

Mensurados ao valor justo têm como objetivo a proteção às oscilações das moedas estrangeiras.

As operações de *swap* em aberto foram contratadas simultaneamente às operações de empréstimos em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, trocando exposição cambial dos empréstimos pela

exposição ao CDI, sendo, no entanto caracterizados como *hedge accounting*. Os ganhos e perdas gerados pela apropriação de juros e ajustes para a marcação a mercado estão registrados no resultado.

Os *Swaps* estão reconhecidos pelo seu valor justo. Em todos os *Swaps* contratados a Companhia receberá a variação cambial acrescida de taxa pré-fixada ("Ponta Ativa") e em contrapartida pagará a variação de um percentual do CDI ("Ponta Passiva").

O valor justo da Ponta Ativa é calculado da seguinte forma: o valor em dólares na data de vencimento da operação é descontado a valor presente pelo fator *pro rata temporis* do cupom cambial em dólares correspondente à data de vencimento na data de cálculo. O valor justo da Ponta Ativa é igual ao valor presente em dólar multiplicado pelo Dólar Ptax de fechamento da data base.

O valor justo da Ponta Passiva é calculado da seguinte forma: é calculado o valor em reais na data de cálculo através da apropriação diária do fator do percentual do CDI de cada contrato. A partir desse valor é calculado o montante estimado na data de vencimento através da multiplicação da taxa pré-fixada brasileira de mercado pelo valor percentual do CDI contratado. O valor justo da Ponta Passiva é igual ao montante estimado na data de vencimento descontado a valor.

O valor a ser liquidado no vencimento será a diferença entre a Ponta Ativa e Ponta Passiva. Os valores do cupom cambial em dólares e da taxa pré-fixada são obtidos através de fontes de mercado independentes como a BM&F e provedores de informações financeiras enquanto a cotação dólar Ptax é obtida no BACEN.

As operações de swap utilizadas para proteção de empréstimos estão resumidas a seguir:

Descrição	Controladora			
	Valor de referência (Nocional)		Valor justo (*)	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Contratos de "swaps"				
Indexador:				
Dólar norte-americano + 3,25 % ao ano Op. Itaú				
Total Op. Itaú	11.963	47.854	471	75
Indexador:				
Dólar norte-americano + % 6,69 ao ano Op. Bradesco				
Total Op. Bradesco	15.000	30.000	(277)	(1.467)
Indexador:				
Dólar norte-americano + % 6,60 ao ano Op. Bradesco				
Total Op. Bradesco	11.667	20.000	155	(754)
Indexador:				
Dólar norte-americano + 5,92 % ao ano Op. Bradesco				
Total Op. Bradesco	18.750	25.000	252	(1.025)
Indexador:				
Dólar norte-americano + 4,24 % ao ano Op. Bradesco				
Total Op. Bradesco	15.028	-	(196)	-
Indexador:				
Dólar norte-americano + 6,7960% ao ano Op. Safra				
Total Op. Safra	8.080	16.159	(727)	(574)
Indexador:				
Dólar norte-americano + 6,05 % ao ano Op. Safra				
Total Op. Safra	7.500	-	(222)	-
Indexador:				
Dólar norte-americano + 5,93 % ao ano Op. Santander				
Total Op. Santander	12.000	20.000	406	0
Indexador:				
Dólar norte-americano + 5,90 % ao ano Op. Santander				
Total Op. Santander	14.400	24.000	248	(378)
Indexador:				
Dólar norte-americano + 5,87 % ao ano Op. Santander				
Total Op. Santander	20.400	34.000	292	(462)
Indexador:				
Dólar norte-americano + 5,36 % ao ano Op. Itaú				
Total Op. Itaú		14.963	-	(447)
Indexador:				
Dólar norte-americano + 6,24 % ao ano Op. BBM				
Total Op. BBM	3.000	19.000	56	(39)
Indexador:				
Dólar norte-americano + 4,0735 % ao ano Op. Bradesco				
Total Op. Bradesco	8.083	-	358	-
Indexador:				
Dólar norte-americano + 6,24 % ao ano Op. Bradesco				
Total Op. Bradesco	6.151		184	
Indexador:				
Dólar norte-americano + 4,80% ao ano Op. Itaú				
Total Op. Itaú	11.932		456	
Total posição Ativa/Passiva	163.954	250.976	1.456	(5.072)
Ativo Circulante		-	2.795	-
Ativo Não Circulante		-	84	75
Passivo Circulante		-	(1.423)	(2.406)
Passivo Não Circulante		-	0	(2.742)

Descrição	Varejo			
	Valor de Referência (Nocional)		Valor justo (*)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contratos de "swaps"				
Indexador:				
Dólar norteamericano + 5,65% ao ano Op. Itaú				
Vencimento: 05/2017		10.000	-	(4)
Total Op. Itaú	-	10.000	-	(4)
Indexador:				
Dólar norteamericano + 6,095% ao ano Op. HSBC				
Vencimento: 04/2017		3.500	-	(630)
Total Op. HSBC	-	3.500	-	(630)
Indexador:				
Dólar norteamericano + 5,19 % ao ano Op. Banco ABC				
Vencimento: 08/2018	10.000	-	276	-
Total Op. Banco ABC	10.000	-	276	-
Indexador:				
Dólar norteamericano + 4,43 % ao ano Op. Itaú				
Vencimento: 01/2018	10.000	-	(16)	-
Total Op. Itaú	10.000	-	(16)	-
Indexador:				
Dólar norteamericano + 4,72 % ao ano Op. Itaú				
Vencimento: 10/2018	5.000	-	122	-
Total Op. Itaú	5.000	-	122	-
Indexador:				
Dólar norteamericano + 4,71 % ao ano Op. Itaú				
Vencimento: 03/2018	7.979	39.894	(750)	(4.863)
Total Op. Itaú	7.979	39.894	(750)	(4.863)
Indexador:				
Dólar norteamericano + 5,00 % ao ano Op. Itaú				
Vencimento: 06/2018	12.979	-	(438)	-
Total Op. Itaú	12.979	-	(438)	-
Indexador:				
Dólar norteamericano + 5,36 % ao ano Op. Itaú				
Vencimento: 03/2017	-	4.987	-	(149)
Total Op. Itaú	-	4.987	-	(149)
Indexador:				
Dólar norteamericano + 5,84 % ao ano Op. Santander				
Vencimento: 09/2018	5.880	9.800	84	(134)
Total Op. Santander	5.880	9.800	84	(134)
Indexador:				
Dólar norteamericano + 5,87 % ao ano Op. Santander				
Vencimento: 09/2018	5.640	9.400	81	(128)
Total Op. Santander	5.640	9.400	81	(128)
Indexador:				
Dólar norteamericano + 5,87 % ao ano Op. Santander				
Vencimento: 09/2018	5.640	9.400	81	(128)
Total Op. Santander	5.640	9.400	81	(128)
Indexador:				
Dólar norteamericano + 4,80 % ao ano Op. Itaú				
Vencimento: 09/2018	14.844	-	639	-
Total Op. Itaú	14.844	-	639	-
Indexador:				
Dólar norteamericano + 4,80 % ao ano Op. Itaú				
Vencimento: 03/2019	6.839	-	265	-
Total Op. Itaú	6.839	-	265	-
Indexador:				
Dólar norteamericano + 4,66 % ao ano Op. Bradesco(HSBC)				
Vencimento: 03/2019	2.985	-	(20)	-
Total Op. Bradesco(HSBC)	2.985	-	(20)	-
Indexador:				
Dólar norteamericano + 6,30 % ao ano Op. Safra				
Vencimento: 12/2018	15.000	30.000	(1.162)	(877)
Total Op. Itaú	15.000	30.000	(1.162)	(877)
Indexador:				
Dólar norteamericano + 6,59 % ao ano Op. Safra				
Vencimento: 12/2018	30.000	-	(550)	-
Total Op. Itaú	30.000	-	(550)	-
Indexador:				
Dólar norteamericano + 6,30 % ao ano Op. Safra				
Vencimento: 06/2018	7.391	-	(165)	-
Total Op. Itaú	7.391	-	(165)	-
Indexador:				
Dólar norteamericano + 5,67 % ao ano Op. Safra				
Vencimento: 04/2019	15.000	-	25	-
Total Op. Itaú	15.000	-	25	-
Indexador:				
Dólar norteamericano + 4,32 % ao ano Op. Itaú				
Vencimento: 03/2018	20.000	-	218	-
Total Op. Itaú	20.000	-	218	-
Indexador:				
Dólar norteamericano + 4,67 % ao ano Op. Itaú				
Vencimento: 04/2018	20.000	-	(71)	-
Total Op. Itaú	20.000	-	(71)	-
Total posição Ativa/Passiva	195.176	116.981	(1.384)	(6.913)
Ativo Circulante				
			382	
Ativo Não Circulante				
			-	
Passivo Circulante				
	-	-	(1.751)	(6.913)
Passivo Não Circulante				
	-	-	(14)	-

	Consolidado			
	Valor de referência (Nocional)		Valor justo (*)	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Total posição Ativa	359.130	367.957	73	-
Total posição Passiva	-	-	-	(11.985)
Ativo Circulante	-	-	3.177	-
Ativo Não Circulante	-	-	84	75
Passivo Circulante	-	-	(3.174)	(9.319)
Passivo Não Circulante	-	-	(14)	(2.742)

27.4 Gerenciamento de Risco

a. Risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão sob rigorosas diretrizes de crédito da Administração, que consiste no constante monitoramento dos saldos e operações dos clientes, considerando a pontualidade de pagamento e pulverização de risco, buscando minimizar eventuais prejuízos decorrentes da inadimplência.

A Companhia registrou provisão para devedores duvidosos, cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 da controladora é R\$ 23.093 (R\$ 18.543 em 31 de dezembro de 2016) e consolidado R\$ 23.124 (R\$ 18.729 em 31 de dezembro de 2016), para cobrir possíveis riscos de crédito, conforme descrito na nota explicativa nº 8.

	Nota	Valor contábil			
		Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Contas a receber	7	560.966	632.321	463.257	527.268
Outras contas a receber	11	57.976	45.456	78.906	52.584
Caixa e equivalentes de caixa	6	146.021	184.225	193.172	205.506
		764.963	862.002	735.335	785.358

b. Risco de Liquidez

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. A Administração julga que a Companhia apresenta um adequado balanceamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, além de uma geração de caixa, no conceito EBITDA, satisfatória.

Segue posição dos passivos financeiros por vencimento (quando aplicável, taxas futuras foram levadas em consideração):

	Controladora					
31 de dezembro de 2017	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos e financiamentos	470.175	526.926	260.160	243.813	18.606	4.348
Fornecedores	693.598	694.780	694.780	-	-	-

31 de dezembro de 2016	Controladora					
	Valor Contábil	Fluxo de caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos e financiamentos	473.189	574.933	46.077	93.515	209.804	225.537
Fornecedores	687.409	688.924	688.924	-	-	-

	Consolidado					
31 de dezembro de 2017	Valor Contábil	Fluxo de caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos e financiamentos	757.205	823.917	421.595	358.274	39.700	4.348
Fornecedores	697.801	698.983	698.983	-	-	-

	Consolidado					
	Valor Contábil	Fluxo de caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
31 de dezembro de 2016						
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos e financiamentos	608.707	726.782	88.829	130.651	281.631	225.671
Fornecedores	734.908	736.422	736.422	-	-	-

c. Risco de Mercado

Risco da Taxa de Juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos e financiamentos, como também sobre as receitas financeiras, oriundas de suas aplicações financeiras. Este risco surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes do CDI.

A Companhia tem como indexador financeiro de suas operações a variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2017 a dívida bruta indexada ao CDI somada à posição assumida nos *swaps* contratados totaliza R\$ 757.205 (R\$ 608.707 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia considera o risco de variações da taxa CDI como fator de risco de mercado relevante.

No cenário provável, considerando a expectativa de mercado conforme dados do BACEN publicados em 02/02/2018, indicavam uma taxa efetiva média estimada em 6,50% para o ano de 2018, frente à taxa efetiva de 7,00% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente, em testes de sensibilidade para cenários mais rigorosos, consideramos aumentos na taxa média do CDI da ordem de 25% e 50%.

Segue abaixo quadro com a análise de sensibilidade nos três cenários propostos considerando o impacto negativo no resultado, antes dos impostos, gerado pela dívida indexada ao CDI em aberto em 31 de dezembro de 2017:

Controladora

Operação	Base de cálculo	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Aplicações indexadas ao CDI	134.490	8.742	10.927	13.113
Empréstimos indexados ao CDI	(299.491)	(19.467)	(24.334)	(29.200)
SWAPs indexados ao CDI	(170.684)	(11.094)	(13.868)	(16.642)
Despesa de Juros s/ Dívida líquida indexadas em CDI	(335.685)	(21.819)	(27.275)	(32.729)
Taxa anual estimada do CDI em 2018		6,50%	8,13%	9,75%

Consolidado

Operação	Base de cálculo	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Aplicações indexadas ao CDI	175.804	11.427	14.284	17.141
Empréstimos indexados ao CDI	(379.785)	(24.686)	(30.858)	(37.029)
SWAPs indexados ao CDI	(377.420)	(24.532)	(30.665)	(36.798)
Despesa de Juros s/ Dívida líquida indexadas em CDI	(581.401)	(37.791)	(47.239)	(56.686)
Taxa anual estimada do CDI em 2018		6,50%	8,13%	9,75%

d. Risco de Taxa de câmbio

A Companhia considera exposição à variação do Dólar um risco de mercado relevante e para mitigar este risco contratou junto aos Bancos Itaú e Safra operações de SWAP observando as mesmas datas, vencimentos e valores nominais de suas exposições passivas contratadas com a mesma instituição em moeda estrangeira, de forma a anular o risco cambial, substituindo-o pela variação percentual do CDI.

A Companhia calculou as variações nos valores contabilizados dos instrumentos financeiros com risco cambial em três cenários distintos, considerando a possível variação do dólar Ptax. A Companhia utilizou na construção do cenário provável o dólar futuro para cada vencimento dos seus instrumentos financeiros, obtidos junto a BM&F Bovespa em 31 de dezembro de 2017.

O swap não possui custo inicial. A operação de swap está casada com as captações em moeda estrangeira em termos de valor nominal, prazo e taxa de juros, sendo nulo seu efeito no vencimento. O resultado de swap entre a ponta ativa (dólar) e a ponta passiva (CDI), está registrada no ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo.

A Companhia tem por política liquidar contratos de longo prazo somente no vencimento. O efeito líquido demonstrado no quadro de análise sensibilidade em 31 de dezembro de 2017 é gerado pela diferença na forma de mensuração dos instrumentos financeiros indexados a variação cambial. Enquanto os empréstimos são reconhecidos pelo seu custo amortizado os swaps se encontram reconhecidos pelo seu valor justo conforme Deliberações 566 e 603 da CVM. Nas datas de vencimento dos empréstimos o seu custo amortizado será igual ao seu valor justo anulando completamente o efeito de variações cambiais no caixa da Companhia.

A Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros de risco ou que tenham caráter especulativo.

Conforme demonstrado abaixo, em nenhum dos cenários, considerando o risco da oscilação do dólar, a Companhia incorreria em perda contábil. Vide a seguir quadro demonstrativo:

Análise de sensibilidade

Controladora

Controladora				
		Cenário I		Cenário II
Base de cálculo	Cenário Provável	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%	
DÓLAR				
Taxa câmbio em 31/12/2017 (a)		3,31	3,31	3,31
Taxa câmbio estimada para 31/12/2018 (a)		3,45	2,59	1,73
Empréstimos em moeda estrangeira	(170.684)	(7.327)	37.176	81.678
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	169.192	7.263	(36.851)	(80.965)
	(1.492)	(64)	325	713

Consolidado

Consolidado				
		Cenário I		Cenário II
Base de cálculo	Cenário Provável	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%	
DÓLAR				
Taxa câmbio em 31/12/2017 (a)		3,31	3,31	3,31
Taxa câmbio estimada para 31/12/2018 (a)		3,45	2,59	1,73
Empréstimos em moeda estrangeira	(377.420)	(16.201)	82.204	180.609
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	374.069	16.057	(81.474)	(179.006)
	(3.351)	(144)	730	1.603

(a) Fonte site do Banco Central do Brasil—taxas de câmbio e boletim focus.

e. Risco de Capital

O Grupo gerencia seu capital com o intuito de garantir que suas empresas continuem operando de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização de sua estrutura de capital. A estrutura de capital do Grupo consiste em captação de recursos por meio de novos empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, pagamentos de dividendos, reservas e lucros acumulados.

28 Resultado por Segmento de Negócio

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pelo Conselho de Administração contendo as seguintes divisões:

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22-Informações por segmento (IFRS 8).

- Distribuição Farma: compreende as operações comerciais de atacado para o varejo farmacêutico, com a comercialização de medicamentos e produtos de higiene pessoal e cosméticos, sendo o principal negócio da Companhia;

- Especialidades: centraliza os negócios hospitalar, vacinas, dermatológicos já existentes na Profarma, agregando agora as adquiridas Profarma Specialty, iniciando a entrada da Profarma no setor público e a Arpmid no segmento de produtos especiais;

- Varejo: reúne as redes de varejos adquiridas Drogasmil, Tamoio e Rosário, formando uma plataforma de 225 lojas, com complementaridade geográfica no estado do Rio de Janeiro e Centro Oeste.

Demonstração de Resultado por Segmento de Negócio:

Informações financeiras finda em 31 de dezembro de 2017:

	Distribuição Farma	Varejo Farmacêutico	Especialidades(*)	Operações Intercompany	Eliminações em controladas em conjunto	Outros	Consolidado
Receita Bruta	4.302.078	1.250.372	1.021.433	(770.222)	(1.021.433)	-	4.782.228
Receita Líquida	3.706.705	1.143.299	922.010	(749.292)	(922.010)	-	4.100.712
Lucro Bruto	331.800	369.169	91.036	-	(91.036)	-	700.969
Depreciação	(8.941)	(14.970)	(3.115)	-	3.115	(7.561)	(31.472)
Despesa Operacional (SGA)	(287.103)	(365.579)	(71.455)	-	71.455	(169)	(652.851)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais e Participação em Controladas em conjunto	(4.893)	(19.883)	(13.352)	-	13.352	(3.135)	(27.911)
Lucro/(Prejuízo) Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	30.863	(31.263)	3.114	-	(3.114)	(10.865)	(11.265)

Informações financeiras finda em 31 de dezembro de 2016:

	Distribuição Farma	Varejo Farmacêutico	Especialidades(*)	Operações Intercompany	Eliminações em controladas em conjunto	Outros	Consolidado
Receita Bruta	4.340.381	839.421	967.920	(478.723)	(967.920)	-	4.701.079
Receita Líquida	3.750.114	806.239	885.502	(471.684)	(885.502)	-	4.084.669
Lucro Bruto	371.373	253.880	101.631	-	(101.631)	-	625.253
Depreciação	(7.590)	(8.460)	(2.830)	-	2.830	(3.452)	(19.502)
Despesa Operacional (SGA)	(274.449)	(230.233)	(77.285)	-	77.285	(117)	(504.799)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais e Participação em Controladas em conjunto	(5.080)	(21.413)	(11.352)	-	11.352	1.705	(24.788)
Lucro/(Prejuízo) Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	84.254	(6.226)	10.164	-	(10.164)	(1.864)	76.164

(*) O segmento operacional "Especialidades" apresenta informações sobre um investimento em joint venture, que se qualifica como segmento operacional. As informações são apresentadas conforme mencionado nas informações financeiras consolidadas de investimentos em joint venture, pois assim é como a administração toma as decisões operacionais por segmentos. A diferença com o valor contábil do empreendimento de joint venture contabilizado pelo método de equivalência patrimonial na demonstração contábil consolidada da Companhia é apresentada como a eliminação em controladas em conjunto.

Demonstração de Ativos e Passivos por Segmento de Negócio:

	Saldos em 31.12.2017					
	Distribuição Farma	Varejo Farmacêutico	Especialidades	Operações Intercompany	Eliminações em controladas em conjunto	Total Consolidado
Clientes	564.986	18.661	203.923	(120.390)	(203.923)	463.257
Impostos a recuperar	267.354	89.374	21.482	(41.314)	(21.482)	315.414
Estoque	492.445	137.894	96.429	-	(96.429)	630.339
Fornecedores	693.610	124.581	193.025	(120.390)	(193.025)	697.801
Impostos a recolher	57.082	108.183	5.564	(41.314)	(5.564)	123.951

Saldos em 31.12.2016

	Distribuição Farma	Varejo Farmacêutico	Especialidades	Operações Intercompany	Eliminações em controladas em conjunto	Total Consolidado
Cientes	632.747	45.651	157.942	(151.129)	(157.942)	527.268
Imposto a						
Recuperar	230.094	19.854	27.025	-	(27.025)	249.948
Estoque	469.189	180.319	101.556	-	(101.556)	649.508
Fornecedores	680.091	205.945	144.163	(151.129)	(144.163)	734.908
Impostos a						
Recolher	71.189	137.858	10.488	-	(10.488)	209.046

Os demais ativos e passivos, não demonstrados no quadro acima, são geridos de forma conjunta pela administração da Companhia, entre outros, empréstimos e financiamentos e respectivos custos.

29 Despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Despesas Gerais e administrativas				
Despesas c/ Funcionários e Serv Terceiros	(60.567)	(59.224)	(104.809)	(86.352)
Despesas da Estrutura	(30.964)	(28.772)	(34.686)	(40.373)
	(91.530)	(87.996)	(139.495)	(126.725)
Despesas comerciais e de marketing				
Despesas c/ Funcionários e Serv Terceiros	(52.607)	(48.137)	(278.252)	(215.595)
Despesas da Estrutura	(13.063)	(9.022)	(103.076)	(39.578)
	(65.670)	(57.159)	(381.328)	(255.173)
Despesas com logística e distribuição				
Despesas c/ Funcionários e Serv Terceiros	(109.609)	(102.901)	(118.223)	(106.876)
Despesas da Estrutura	(11.867)	(15.427)	(13.804)	(16.025)
	(121.476)	(118.328)	(132.027)	(122.901)

A abertura do custo da mercadoria vendida não foi divulgada porque é composto basicamente por mercadorias adquiridas de terceiros.

30 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão especial e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros estava distribuída da seguinte forma:

Itens cobertos	Tipo de cobertura	Limite máximo de indenização
Instalações, equipamentos e estoques	Incêndio/Raio/Explosão	509.055
Lucros cessantes (despesas fixas, perda de lucro líquido)	Lucros Cessantes	530.170
Total		1.039.225

31 Avais, fianças e garantias

A Companhia possuía fianças nos Bancos Safra, Itaú, Bradesco, Austral, Swissre no montante de R\$ 21.589 em 31 de dezembro de 2017, relacionadas às suas operações junto aos seus fornecedores e ações judiciais, cujas taxa média anual de contratação é de 2 % do total das referidas operações e são renovados anualmente.

32 Compromissos por contratos de locação de imóveis

A Companhia possui arrendamentos para uma série de armazéns (centros de distribuição) e lojas (farmácias) em locações operacionais. A duração desses contratos de arrendamento é normalmente de 5 (cinco) anos, com uma opção de renovação por um período adicional após o término dos arrendamentos originais.

Os pagamentos de locação são ajustados anualmente com base no IGP-M. O valor da despesa reconhecida como despesa de aluguel no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 75.132.

Pagamentos futuros mínimos de locação

Em 31 de dezembro de 2017, os pagamentos de arrendamento futuro mínimo consolidados (em contratos não canceláveis) são os seguintes:

	Consolidado
	31.12.2017
Menos de um ano	14.502
	14.502

33 Eventos Subsequentes

(i) Aumento de capital

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 20 de março de 2018 a ordem do dia era analisar e deliberar sobre homologar, parcialmente, o aumento do capital social da Companhia, aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 05 de janeiro de 2018, no valor de R\$ 332.516, em razão da subscrição e total integralização de 47.502.351 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia (“Ações”) no âmbito do Aumento de Capital, pelo preço de emissão de R\$ 7,00 (sete reais) por ação. Adicionalmente, ratificar o cancelamento das 2.497.649 Ações emitidas e não subscritas no âmbito do aumento de capital. Em decorrência do aumento de capital homologado, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 332.516, passando, portanto, de R\$ 826.549, para R\$ 1.159.065, dividido em 123.812.773 Ações.

(ii) Perda de participação no Grupo Cannes RJ Participações S.A.

Em assembleia geral extraordinária realizada no dia 10 de janeiro de 2018 a Companhia BPL Brasil Participações LTDA efetuou aumento de capital de R\$ 50.000 no grupo Cannes RJ participações S.A, com expressa renúncia da acionista Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. ao direito de preferência que a Companhia possuía, passando a ter 35% de participação no grupo Cannes RJ Participações S.A..

(iii) Obrigações contratuais – Empréstimos e financiamentos

Do saldo na rubrica “Empréstimos e Financiamentos” apresentado nosso passivo de curto prazo controladora e consolidado (Passivo Circulante) R\$ 220.492 se refere a dívida da Companhia com o Banco do Brasil S.A., anteriormente alocadas como passivo de longo prazo (Passivo não Circulante). Esse saldo de financiamento foi reclassificado para o curto prazo, pois o item 74 do Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) estabelece que *“quando a entidade quebrar um acordo contratual (covenant) de um empréstimo de longo prazo (índice de endividamento ou de cobertura de juros, por exemplo) ao término ou antes do término do período de reporte tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço”*.

Posteriormente a 31 de dezembro de 2017 a Companhia recebeu manifestação favorável do Banco do Brasil na qual a mencionada instituição financeira em não exigir antecipadamente os valores das dívidas contratadas pela Companhia. Dessa forma, embora os R\$ 220.492 tenham sido classificados como circulante visando única e exclusivamente o cumprimento de uma norma contábil, os mencionados valores serão reclassificados para passivo não circulante a partir das próximas informações financeiras a serem reportadas pela Companhia.

Os procedimentos para pedido de anuências (*waiver*) que a Companhia adotou para o final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram os mesmos utilizados nos exercícios e períodos trimestrais anteriores. A Companhia tomou a iniciativa de solicitar formalmente as instituições financeiras, indicando os números e as razões que norteavam estes.

Além disso, todos os bancos de crédito da Companhia (inclusive Banco do Brasil, Santander e Itaú) participaram de um projeto iniciado em setembro de 2017 que tinha por objetivo avaliar alternativas de captação da Companhia. Dessa forma, as instituições financeiras envolvidas tinham conhecimento sobre os números realizados da Companhia, seus projetos e intenções com relação à capitalização, que acabou acontecendo nos meses seguintes, por meio da aprovação de um aumento privado de capital que arrecadou R\$ 332,5 milhões nos períodos de fevereiro e março de 2018.

Por todo o exposto acima, a Companhia possui o conforto da continuidade dos contratos financeiros em questão, em suas formas originais, com prazos inalterados.

Composição da Diretoria:

Diretor Presidente
Sammy Birmarcker

Diretor Executivo e de Relações com Investidores
Maximiliano Guimarães Fischer

Membros do Conselho de Administração

Sammy Birmarcker
Manoel Birmarcker
Armando Sereno
Dan Ioschpe
Fernando Perrone
James Francis Cleary Jr.
Sun Park

Membros do Conselho Fiscal

Gilberto Braga
Elias de Matos Brito
Marcello Joaquim Pacheco
Flavio José Rissato Adorno

Contadora

Cátia Campos Viter Rodrigues
CRC-RJ 078.195/O-3